

# O VINHO NA HISTÓRIA DOS AÇORES

## a introdução, a cultura e a exportação\*

Avelino de Freitas de Meneses\*\*

### 1. Períodos e características da história económica dos Açores

#### 1.1. Entre os séculos XV e XVII

Nas sociedades primitivas, a garantia da subsistência, naturalmente assegurada pela pluralidade das produções, constitui o principal propósito da economia. Todavia, a expectativa do enriquecimento motiva a procura e a descoberta de especializações, condizentes com o carácter da natureza e a carência do mercado. Assim, a par da diversidade dos cultivos, que assegura o sustento das gentes, individualizamos a predominância de certos bens, que logra a exportação e o lucro. Nesta perspectiva, entre os séculos XV e XVII, reconhecemos um primeiro sistema económico insular, onde pontificam os cultivos do trigo e do pastel e a escala das armadas comerciais do Oriente e do Novo Mundo. Nesta fase, registamos principalmente a participação das ilhas de maior projecção político-económica, sobretudo a Terceira e S. Miguel. No caso terceirense, releva a importância da cidade de Angra, motivada pela excelência do ancoradouro, que determina o desenvolvimento da economia e a convergência da administração. No caso micalense, ressalta a riqueza da agricultura, movida pela extensão e pela fertilidade dos solos, que resulta na abundância das colheitas. Durante este

---

\* Conferência proferida na Madalena (Pico), em Junho de 2011, no Seminário Internacional “Viticultura Atlântica: construir o futuro”, organizado pela Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico, no âmbito das comemorações do seu 50º aniversário.

\*\* Reitor da Universidade dos Açores.

longo tempo, atestamos a relativa depreciação das restantes parcelas insulares, sujeitas a uma ocupação muito mais lenta.

Neste modelo de conformidade económica, sempre avultam algumas peculiaridades. Assim, sobressaem logo as situações das ilhas de S. Jorge e do Pico, com campos menos propícios à cerealicultura e, por conseguinte, obrigadas ao empreendimento de projectos de especialização, mais adequados às condições da natureza. Em S. Jorge, a excelência dos pastos promove a criação de gado, redundando na produção de carne, que abastece os aglomerados urbanos de Angra e da Horta, e no fabrico de queijo, que evidencia grande qualidade. No Pico, um imenso chão de pedras negras acolhe, desde cedo, o cultivo da videira, originando a arrecadação de muito vinho, que excede as necessidades do consumo local e demanda a abertura da exportação. Além disso, nestas ilhas, a inclemência do meio, que não assegura o provimento de pão, impõe a invenção de culturas de subsistência, um expediente do sustento dos povos, e suscita a atracção do mar, uma espécie de antídoto da maldição da terra. A comprová-lo, registamos a difusão de plantações de inhames, que facultam a alimentação dos mais pobres e solucionam as crises frumentárias, e o incremento das lides marítimas, que ocupam uma maior percentagem de moradores. Neste último caso, talvez em antevisão do baleeiro dos séculos XIX e XX, esse misto de agricultor e de marítimo, de certeza o exemplo mais feliz da intersecção da terra com o mar no arquipélago dos Açores.

## 1.2. Entre os séculos XVII e XIX

Na 2ª metade do século XVII, embora persista o propósito do auto-abastecimento, sempre assegurado pela pluralidade dos cultivos, certo é também que o colapso do pastel e o declínio colonial dos ibéricos geram uma síndrome de crise, donde brota um novo quadro económico, que perdura até à era de oitocentos. De facto, inicialmente, uma conjunção de factores internos e externos contribui para a manifestação de um sentimento de grande decadência. Neste particular, relevam a queda do pastel, sem a descoberta de uma alternativa de idêntica rentabilidade, e a alteração dos equilíbrios euro-ultramarinos que, pelo menos conjunturalmente, depreciam a escala açoriana, sobretudo a da ilha Terceira. Todavia, na aproximação do século XVIII, identificamos a recomposição de uma estrutura económica de longa duração, caracterizada pela persistência dos cereais, donde sobressai a expansão do milho, pelo acréscimo das leguminosas, so-

bretudo as favas e o feijão, pelo incremento do linho, principalmente em S. Miguel, sob o estímulo do mercado brasileiro, e pela difusão da fruta, antes de mais a laranja, embora só ganhe maior fulgor no século XIX. No entanto, entre as novidades, avulta a “revolução da vinha”, que ocorre no grupo central, especialmente no Pico, mas também em S. Jorge, e até no Faial, na Graciosa e na Terceira. Ademais, o desenvolvimento vitícola ainda determina o fabrico de aguardente, estimulado pelo risco de deterioração dos vinhos, pela maior capacidade de resistência às travessias marítimas e pela cadência das oportunidades comerciais. Esta nova contextura ainda altera equilíbrios internos do passado, que promovem o surgimento de outras realidades. Assim, verificamos a depreciação da Terceira, que decorre do depauperamento da economia e da desvalorização da escala, o progresso de S. Miguel, que deriva da vantagem agrícola e do crescimento comercial, e a saliência do Faial-Pico, firmada na excelência do ancoradouro da Horta e no avanço da viticultura picoense, que fomenta a conquista de proeminência no império luso-brasileiro e origina o interesse dos estrangeiros, sobretudo os ingleses. Nestas circunstâncias, a revalorização dos Açores na correspondência entre mundos destaca a preponderância da Horta, que beneficia da exportação do vinho e da aguardente do Pico.

## **2. A vinha: da experimentação ao sucesso**

Os hábitos alimentares dos metropolitanos e a adequação dos ambientes açorianos motivam a introdução da vinha. Porém, a harmonização entre necessidades da sociedade e condições da natureza, se reverte em ganhos de quantidade inequívocos, já não redundam em melhorias de qualidade correspondentes. De facto, até cerca de meados do século XVII, o vinho é muito mais uma subsistência do que uma mercadoria. Nesta evolução, muito influi o sentido da ocupação, primeiro centrado nas terras férteis da Terceira e de S. Miguel, antes da sua extensão aos “mistérios” das ilhas periféricas do grupo central, mais apropriados à aclimação das vides. Com efeito, a vinha medra sobretudo em biscoitos, encostas e fajãs, isto é, fora da terra solta, de maior produtividade. Por isso, não admira o desenvolvimento da viticultura nas escarpas e nas fajãs de S. Jorge e, principalmente, nos lajidos do Pico, que no dizer de Gaspar Frutuoso “dão bom vinho, e melhor que em todas as ilhas”. Porém, a verdadeira revelação de tais potencialidades aguarda pelas vicissitudes de seiscentos. Nestas circunstâncias, apesar da difusão da cultura e do apuramento da produ-

ção, ainda avulta por muito natural a elevada cotação do vinho da Madeira nos Açores do século XVI, equivalente ao dobro da prática mais corrente, como sucede na Terceira em 1589.

No século XVI, individualizamos o alargamento e a concentração da viticultura. De facto, ressalta a profusão de vinha novas, de Santa Maria até ao Faial, que só exclui o grupo ocidental, por força da relativa incompatibilidade da natureza. Daí, uma justificação para o surgimento das primeiras notícias da exportação de vinho dos Açores para mercados ultramarinos e internacionais. Ao mesmo tempo, a produção converge no centro do arquipélago, em habitáculos mais propícios. Aliás, aquando da erupção vulcânica de 1580 em S. Jorge, Gaspar Frutuoso regista a destruição de cerca de 300 adegas, decerto mais uma prova da expansão e da aglomeração dos vinhedos. Por isso, a partir do último quartel de quinhentos, a cidade de Angra recorre com regularidade aos vinhos novos das ilhas circunvizinhas.

O incremento da viticultura coabita, entretanto, com a revelação de crises de abastecimento, sobretudo nas ilhas de maior dimensão e de menor produtividade. Por vezes, as carências são muito conjunturais, como acontece na Terceira em 1584, na sequência da invasão e do saque dos espanhóis, que provocam danos em 415 vinhas, como assevera o oficial castelhano Hernando Ortiz del Rio. Em quaisquer circunstâncias, a busca de uma solução implica sempre a intervenção dos poderes públicos, sobretudo das câmaras municipais, que quase invariavelmente estabelecem o embargo da exportação e o controlo dos preços.

A princípio, a incidência da plantação em S. Miguel, na Terceira e eventualmente no Faial, que experimentam uma ocupação mais célere, resulta em colheitas, talvez abundantes, mas sempre medíocres, fruto da inadequação da generalidade dos chãos. Porém, a prosperidade do trigo e do pastel ofusca o relativo inêxito da vinha, que ainda assim corresponde às necessidades do consumo corrente. Depois, o enchimento do arquipélago motiva a expansão da arroteia em ilhas periféricas, que demonstram características naturais mais propícias à aclimação e ao desenvolvimento das videiras. Neste particular, no fito do ganho, a multiplicação dos bacelos em tais parcelas equivale a um processo de especialização económica, que até compensa a insuficiência da cerealicultura. De facto, a lava vulcânica quase intratável, que por séculos atrasa a humanização da paisagem, revela uma grande capacidade de produção vinícola, também assinalada pela obtenção da excelência. A comprová-lo, atentemos no caso do Pico, cuja colonização evidencia uma considerável delonga, muito determinada pela fragosidade dos terrenos. Porém, a difusão das vides inverte a lentidão do

arroteamento, pois ressalta a utilidade dos lajidos, que redundam em fonte de riqueza. Uma diversidade de testemunhos comprova a aptidão dos brejos picoenses à extensão da viticultura. Em 1757, a câmara da Horta assevera que o território do Pico “não consta mais que de uma rocha e penedo vivo que não admite outra cultura que a das vinhas”. No século XIX, o investigador terceirense Ferreira Drummond regista que “O terreno desta ilha (do Pico) desde seu princípio conhecido por áspero e intratável, e muito pedregoso só é fértil à cultura das vinhas”. Nestas circunstâncias, o vinho adquire um estatuto de fonte de grande rendimento, quando assegura o escoamento para praças ultramarinas, sobretudo para as colónias inglesas da América do Norte.

Em meados de setecentos, uma relação anónima atribui a pretensa decadência da economia dos Açores à crise da viticultura “um dos ramos principais do comércio de quase todas (as ilhas)”. Aliás, a tributação dos vinhos representa uma importante fonte de receita pública, que move as autoridades monárquicas e concelhias à multiplicação e ao aperfeiçoamento das diligências de arrecadação. Neste particular, ressalta uma vez mais a singularidade picoense, traduzida na cobrança de um ramo dos dízimos independente dos restantes. No entanto, a generalidade dos concelhos retira continuamente proveito da taxação do comércio vinícola, quase sempre sujeito a um apertado controlo, que inclui a selagem das pipas, o licenciamento das tabernas e o assento de todos os movimentos. Ademais, em situações de maior aperto, ainda sucede o lançamento de imposições extraordinárias, que acorrem a necessidades urgentes. É o que sucede, por exemplo, na cidade de Angra em 1763 e 1768, quando se colecta a importação vinícola, considerando respectivamente as necessidades do sustento dos enjeitados e da reconstrução do cais. Nesta conjuntura, as autoridades zelam pela preservação e pelo aumento das arrecadações anuais, mas diligenciam também a defesa da qualidade, que constitui o melhor meio de reputação dos vinhos açorianos no exterior. Neste particular, a vereação da Horta, que superintende a exportação do vinho do Pico, cria um corpo de provadores, à semelhança de um procedimento funchalense, que afiança a fama internacional do vinho da Madeira. Aliás, o processamento das exportações depende inclusivamente da apresentação prévia do certificado de uma boa prova.

A partir de finais de seiscentos, a rentabilidade da viticultura representa um poderoso meio de revivescência económica. Na realidade, embora só parcialmente, compensa a redução dos rendimentos originários da antiga comercialização do pastel. Ademais, faculta o aproveitamento de

mais solos, pois a multiplicação das vinhas ocorre na base da conquista de biscoitos maninhos, que liberta a terra arável para o acréscimo das culturas tradicionais, sobretudo os cereais e as leguminosas. Contudo, a convergência da investigação em S. Miguel e na Terceira eclipsa a relevância do vinho na demarcação da nova economia dos Açores. No entanto, apesar da incidência da lavoura vinícola nas ilhas periféricas do grupo central, a colocação dos excedentes em praças do Novo Mundo – do Brasil e sobretudo da América do Norte – motiva um surto de florescimento que localmente dita: no Pico, a criação do concelho da Madalena, e no Faial, a emergência do porto da Horta.

## 2.1. O valor da aguardente

O risco da deterioração dos vinhos e a pressão da procura brasileira determinam ainda o fabrico de muita aguardente. Neste particular, a ambição do lucro gera ocasionalmente uma produção excessiva, que até motiva a falta de vinho. Nestas circunstâncias, ocorre a intervenção das autoridades, que visa a obtenção de um estado de equilíbrio entre as produções, que salvguarde o abastecimento do povo e assegure a continuidade da exportação. De concreto, a acção oficial varia consoante as situações. Normalmente, consiste no estabelecimento de limites para a destilação, mas também ressalva da queima as colheitas de melhor qualidade e até proíbe por completo a transformação, quando surgem crises vinícolas. Como é óbvio, a acumulação de aguardente sucede nas ilhas do grupo central, sobretudo no Pico, de maior aptidão para o plantio das vinhas. Aliás, em 1766, o provedor da fazenda real aponta valores que confirmam esta convicção. Na altura, calcula os montantes da destilaria em 2 000, 200 e 100 pipas, respectivamente no Pico, na Graciosa e em S. Jorge. No entanto, é para a então vila da Horta que converge a maioria das existências, na mira da obtenção de escoamento para as cidades do Brasil, apesar da insuficiência da tonelagem dos denominados navios de privilégio, que zarparam anualmente para o Atlântico Sul, na fruição de autorizações régias. A testemunhá-lo, em Outubro de 1748, a vereação faialense certifica o arrolamento de mais de 1 700 pipas, que aguardam por uma exportação muito incerta para mercados sul-americanos.

Apesar das dificuldades da comercialização, fruto dos excessos da destilação, a aguardente ressalta, muitas vezes, como a mercadoria insular de maior crédito, até susceptível da inversão de tendências mercantis em

praças de grande dimensão. É o que sucede, por exemplo, em Abril de 1749, quando o ingresso de diversos carregamentos açorianos em Lisboa altera as condições da mercancia, impondo o sensível abaixamento dos preços. Daí, o empenho dos agentes particulares e dos poderes públicos, que intentam a extracção de maior proveito, dada a inexistência de bens de idêntica rentabilidade, particularmente, nas ilhas do centro do arquipélago. No Outono de 1768, por exemplo, no Faial, o elenco camarário reúne a nobreza, os comerciantes e os lavradores, movido pelo propósito de fixação do preço mais justo, em virtude da relevância da aguardente na organização da economia doméstica, pois é ela que faculta aos pequenos produtores o pagamento das rendas e o cumprimento dos encargos familiares. Contudo, o desígnio da tributação do negócio equivale à melhor prova de rentabilidade, que suscita a junção dos lucros. Por isso, o reconhecimento da redução da receita da imposição dos vinhos, conseqüente do exagero da queima, impele diversos concelhos à tentativa de taxaço da aguardente, sob a invocação da falta de meios de investimento, que assegurem a conservação dos caminhos e o abastecimento de água. Em Angra, ainda anotamos a taxaço extraordinária da aguardente, que decorre da premência de certos projectos. Assim, respectivamente, nos anos de 1766 e de 1768, a reparação do castelo de S. João Baptista e a reconstrução do cais justificam o lançamento de fintas, que incidem sobre a transacção das aguardentes.

### **3. O vinho no progresso do Faial/Pico**

A partir do século XVII, o desenvolvimento da viticultura nas ilhas do grupo central altera a fisionomia dos Açores, particularmente, a do Pico e a do Faial.

#### **3.1. O Pico**

No Pico, o fenómeno é inclusivamente indissociável do nascimento do concelho da Madalena. De facto, em 1723, a criação do município madalenense decorre da conjugação de factores de natureza política, social e económica.

O pretexto político reside na relevância dos concelhos na orgânica administrativa do Antigo Regime, que motiva o desvelo das populações, sobretudo das elites nobiliárquicas, tendente à conquista de maior eman-

cipação. De facto, antes do liberalismo, as câmaras possuem uma jurisdição muito vasta, incomparavelmente superior à dos nossos dias. Na altura, a fragilidade do Estado, ainda desprovido de meios eficazes de controlo das periferias, favorece o acréscimo do poder camarário, que abrange uma imensidade de domínios. Assim, compreendemos naturalmente a irrupção de intentos comunitários, que visam a consecução da dignidade municipal.

A motivação social deriva do aumento da população, sempre indispensável na reivindicação de maior decoro institucional. Na verdade, após a rarefacção dos homens, típica dos séculos XV e XVI, distinguimos um acréscimo demográfico substancial, que converge nas ilhas mais periféricas do grupo central, durante as centúrias de seiscentos e de setecentos. Na ocasião, a Graciosa e o Faial atingem as mais altas taxas de densidade populacional do arquipélago, enquanto S. Jorge e o Pico multiplicam substancialmente o número de habitantes. Aliás, o Pico transforma-se no 3º aglomerado humano dos Açores, à frente do Faial e apenas atrás da Terceira e de S. Miguel. Nestas circunstâncias, a profusão das gentes exige obviamente o adensamento da malha administrativa, que justifica a constituição de mais uma entidade concelhia.

A razão económica consiste no incremento da vinha, resultante da aptidão dos solos, das influências metropolitana e madeirense e da obtenção de mercados no Ultramar, sobretudo no âmbito dos impérios de Portugal e da Inglaterra. Nesta conjuntura, a acumulação de riqueza e o desenvolvimento das relações externas também forçam à procura de um novo enquadramento político, que possui por corolário a elevação do povoado à condição concelhia.

Nos Açores, a criação do município da Madalena em 1723 avulta por muito tardia. No nosso entendimento, as motivações de tal atraso radicam na proximidade do Faial, que exerce uma considerável sujeição sócio-política sobre o Pico, mais evidente na denominada região da fronteira, e na falta de dinamismo económico, que só desponta com o desenvolvimento da viticultura, na 2ª metade do século XVII.

### **3.2. O Faial**

No Faial, são igualmente notórias as transformações decorrentes do desenvolvimento da viticultura no Pico. À cabeça, a conversão do porto da Horta em escala da navegação comercial ultramarina e internacional. Até ao século XVII, o aconchego da baía da Horta não reverte em considerá-

vel desenvolvimento do Faial. De facto, a debilidade da economia impede a conversão do ancoradouro faialense em escala de relevo das frotas de Além-Mar, já que muito naturalmente escasseiam as estruturas de socorro e as oportunidades mercantis. Porém, a partir de meados de seiscentos, o desenvolvimento da viticultura no Pico e a influência dos nórdicos no Ultramar valorizam extraordinariamente a então vila da Horta. Por extensão, o Faial redonda em novo e importante centro de actividades económicas, que prolonga a projecção dos Açores na correspondência euro-ultramarina.

No arquipélago, a centralidade do Faial e a guarida da Horta favorecem naturalmente a afluência das embarcações. Além disso, a abundância vinícola e a carência cerealífera suscitam a aproximação dos ingleses, que preponderam, cada vez mais, em todos os mares. Assim, em redor do ancoradouro faialense, os britânicos geram um comércio de múltiplas vantagens, baseado na extracção de vinho para as colónias inglesas da América do Norte e na introdução de víveres, indispensáveis à garantia do provimento local, sobretudo do Pico, mas também úteis na perspectiva da reexportação, sobretudo para o Brasil. Desta forma, ocorre a transformação da Horta de pequena escala do comércio regional em relevante plataforma das rotas transatlânticas, já que o bulício comercial atrai as frotas de todas as proveniências, as europeias e principalmente as ultramarinas, antes de tudo as das Américas, mas ainda as do Oriente e as da Costa de África.

#### **4. O vinho do Pico: da decadência à regeneração**

Transportado pelos colonizadores portugueses do século XV, o vinho fez sempre parte da alimentação dos açorianos, também ela transposta da Europa mediterrânica para as ilhas do Atlântico. Porém, no arquipélago, com o evoluir da colonização, a descoberta, nas periferias insulares, de habitáculos mais propícios à viticultura transformou o vinho de bem de subsistência em produto de comercialização. O fenómeno ajudou a prolongar a projecção geoeconómica dos Açores, inicialmente firmada na produção de cereais e de pastel e na escala das armadas do Oriente e do Novo Mundo. O fenómeno motivou também uma melhor integração dos Açores, ocasionando a emergência de novos pólos de desenvolvimento, designadamente, aquele que se constitui fruto da associação das potencialidades produtivas do Pico com as apetências comerciais do Faial.

Nos Açores, a relevância económica do vinho persiste até ao assomo da filoxera nas décadas de 1860 e de 1870. Como no passado, sobressai a

produção do Pico, cuja exportação se efectua preferencialmente para os Estados Unidos, através do porto da Horta, constituindo justificação bastante para a construção de uma doca no Faial. Porém, a difusão da praga das vinhas possui efeitos catastróficos, sobretudo no centro do arquipélago, particularmente, no conjunto Faial/Pico, com uma prosperidade demasiado dependente da evolução da viticultura. Entre eles, o acréscimo da emigração e a evidência de maior clivagem entre a ilha de S. Miguel, cada vez mais rica, e as restantes, cada vez mais pobres. Porém, a decadência da Horta, reduzida à condição de escala marítima, mas desprovida de bens comercializáveis, constitui a melhor prova da crise económica, motivada pela degradação das vinhas. De facto, muito à margem do processo de industrialização, que só adquire maior expressão na Terceira, mas sobretudo em S. Miguel, à sombra das fábricas do tabaco e do álcool, no conjunto Faial/Pico, só o incremento da caça à baleia corresponde à descoberta de uma actividade, que durante décadas, embora já na 1ª metade do século XX, complementa o parco rendimento da agricultura de subsistência.

Nos nossos dias, a recuperação das vinhas do Pico, já traduzida em produções de maior abundância e de maior qualidade, que de novo percorrem os trilhos da internacionalização, equivale à redescoberta de uma tradição e de uma riqueza.